

INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SULAMERICANA À LUZ DA TEORIA DOS GESTORES – ESTUDO DE CASO DO COMPLEXO DO MADEIRA

Felipe Ferraz Machado¹, Érika Castilho Brasil² e Célio Bermann³

Resumo

O artigo é uma análise das obras do complexo Hidroelétrico do Rio Madeira, que estão inseridas dentro do Eixo Peru – Brasil – Bolívia da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul – Americana. Essa análise será baseada na Teoria dos Gestores desenvolvida pelo autor João Bernardo. Portanto o IIRSA se encaixa perfeitamente na teoria dos gestores, pois essa entidade exerce a atividade de gestor, que atua tanto como a burocracia e como burguesia durante os processos de apropriação do espaço, na organização do trabalho e na apropriação da mais – valia.

Palavras – Chaves: IIRSA, Eixo Peru – Brasil – Bolívia, Rio Madeira, Teoria dos Gestores

Introdução

O processo de integração regional do IIRSA tem sido marcado por uma lógica territorial que tem concebido grandes áreas do espaço geográfico latino-americano como “vazios demográficos” ou “terras disponíveis”. Essa forma de conceber o espaço geográfico latino-americano remonta as questões coloniais que determinaram a formações sócio espacial da região (PORTO GONÇALVES & QUENTAL, 2012). O IIRSA está dividido em 10 eixos, que são: Eixo Andino, Eixo Interoceânico de Capricórnio, Eixo do Amazonas, Eixo do Sul, Eixo Interoceânico Central, Eixo Mercosul-Chile, Eixo Peru-Bolívia-Brasil, Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná, Eixo do Escudo Guiano e Eixo Andino do Sul. O trabalho abordará o Eixo Peru – Brasil – Bolívia que é definido por meio da delimitação da área da zona da tríplice fronteira entre o Peru, o Brasil e a Bolívia. Essa região abrange uma superfície de 1.146.871 km², incorporando 10,79% da soma de superfície total dos três países que formam o eixo,

¹ Doutorando em Energia pelo Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo e Bolsista CAPES – felipemachado@usp.br.

² Mestranda em Energia pelo Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo e Bolsista CAPES – castilhobrasil@usp.br.

³ Professor Associado do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo – cbermann@iee.usp.br.

abrangendo os departamentos de Tacno, Moquegua, Arequipa, Apurímac, Cusco, Madre de Dios e Puno, no Peru, os departamentos de Pando, Beni e La Paz da Bolívia e os estados do Acre e de Rondônia no Brasil.

O Complexo Hidroelétrico e Hidroviário do Rio Madeira é âncora do IIRSA dentro do Eixo Peru-Brasil-Bolívia, e também é previsto no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal brasileiro em 2007. Este projeto de construção, na Amazônia Brasileira, das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio juntas somam 6.450 MW de potência instalada (MME, 2016); e uma terceira hidrelétrica entre o rio Abunã, no Brasil, e o rio Guayaramerín, na Bolívia; e provavelmente, uma quarta hidrelétrica em Cachoeira Esperanza, no Rio Beni, a 30 km acima da sua confluência com o Rio Mamoré, no estado de Pando, na Bolívia. Este complexo possuirá eclusas, isso viabilizará a operação de uma hidrovía para a navegação de barcas, com extensão de 4.200 km, permitindo o escoamento de mercadorias, como soja, madeira e minerais, para fora da região amazônica, a partir dos portos do Atlântico e do Pacífico. A construção do chamado complexo hidrelétrico do rio Madeira, é formado pelo consórcio formado entre a empresa estatal Furnas e a Construtora Odebrecht, está orçada em 25 bilhões de reais (ou 6,92 bilhões de dólares americanos). O projeto em si considera apenas as hidrelétricas de Santo Antônio, 5 km rio acima do centro de Porto Velho, capital de Rondônia, que possui uma população estimada em 502.748 habitantes (IBGE, 2015); e a de Jirau, a 136 km rio acima, juntas, sua área de inundação é de 529 km. E os custos estimados podem ultrapassar os 40 bilhões de reais considerando as obras complementares. A Bacia do Madeira é uma sub bacia da Bacia Amazônia. Sua bacia abrange uma área de 1,5 milhões de km divididos entre os territórios do Peru, da Bolívia e do Brasil. É formada pelos rios Guaporé, Mamoré e Beni, originários dos planaltos andinos. O rio Madeira é o principal afluente do rio Amazonas, possui 1.700 quilômetros de extensão, vazão média de 23 mil m/s e chega a medir 1,5 km de largura. Corresponde a cerca de 15% do volume de água e 50% de todos os sedimentos transportado pelo Amazonas para o oceano. Esta enorme carga de sedimentos regula toda a dinâmica biológica das grandes áreas alagadas de várzea ao longo dos rios Madeira e Amazonas.

Diante disso, objetivo do artigo é analisar a relação das obras no Rio Madeira que estão vinculadas ao IIRSA à luz da teoria dos gestores, conceituada pelo teórico João Bernardo. Essa análise será realizada através do método indutivo, análise bibliográficas e documentais sobre os temas abordados no artigo.

Teoria dos Gestores

A teoria dos gestores desenvolvida por João Bernardo parte dos mesmos princípios já desenvolvidos por Karl Marx da produção da mais – valia, porém, existem algumas diferenças essenciais que podem ser notadas em ambas as teorias. Uma das discordâncias que podemos citar de João Bernardo em relação a Marx se refere às classes fundamentais existentes no capitalismo (BERNARDO, 2015).

Para Marx a burguesia não está só na luta para a manutenção da reprodução do capitalismo, dos seus privilégios. Ela, por ser minoria, necessita de indivíduos que contribuam para a reprodução do capitalismo. Nem que para se manter como classe dominante ela ceda parte de seus privilégios. A partir deste momento entra em cena a classe que lhe auxilia a burocracia, que vai orientar a manutenção, organização e transformação continua dos espaços de trabalho (MARQUES, 2010 & OLIVEIRA, 2008).

Mas a burguesia não é uma classe fechada em si, cujos membros são estáticos e inalterados. Ela acompanha o mesmo processo existente do modo de produção a que deu sua origem, ou seja, transforma as relações de produção para continuar existindo como classe dominante. É nesse sentido em que ocorrem as transformações no capitalismo moderno, em relação às classes que dominam. A burguesia não é a única classe dominante, ela conta com auxiliares a burocracia. Os integrantes da burocracia, não são estáticos, no sentido de permanecerem sempre burocratas. Devido aos seus valores creem que também são capazes de se tornarem membros da classe burguesa (MARQUES, 2010).

Nesta relação complexa existente no capitalismo moderno, a classe proletária continua sua vida num mundo hostil a ela. Enquanto burgueses e burocratas alternam entre si na organização do trabalho, a base essencial da moderna sociedade continua a mesma (MARQUES, 2010).

Para a teoria dos gestores de João Bernardo, não se concebe a burocracia e nem a burguesia, ou melhor, os gestores a quem ele se refere é a classe que domina, mas não é classe auxiliar, por não existir outra classe auxiliar, por não existir outra classe acima dela e também não é a burguesia. No ponto de vista do proletariado, a classe dos gestores, é a burocracia, e noutros momentos, a própria burguesia. É burocracia quando organiza o trabalho em função do proprietário, e é burguesia quando organiza o trabalho e se apropria da mais – valia (BERNARDO, 2015 & OLIVERA, 2008).

A partir do pensamento de Bernardo, duas questões são essencialmente evidenciadas, as quais diferenciam do que ele chama de gestores. A primeira é a de que com o processo de produção da mais – valia relativa, produto de um processo produtivo decorrente do funcionamento econômico global e da relação econômica de cada unidade com tal

funcionamento despontando na sociedade como classe dominante. Uma classe que, segundo Bernardo, existiu desde o início do capitalismo, a classe dos gestores, mas que, antes, era submetida à hegemonia da burguesia. A segunda questão está associada à forma de existência da propriedade (BERNARDO, 2015).

Portanto a teoria dos gestores coloca a propriedade coletiva, ou seja, a posse dos meios de produção e das forças produtivas por mais de um indivíduo, senão por um grupo de indivíduos, é obra de uma nova classe dominante, os gestores, que já atuam em grupos que relacionam entre si (BERNARDO, 2015).

Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul – Americana

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul – Americana, ou IIRSA, é um programa conjunto dos 12 países da América do Sul que visa a promover a integração sul – americana através da integração física desses países, com a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações. A IIRSA tem suas origens na primeira reunião de presidentes da América do Sul, realizada em agosto de 2000, em Brasília.

A IIRSA é financiada, desde sua criação, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Essa iniciativa regional está dividida em dez eixo:

- Eixo Andino (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia): integração energética, com destaque para a construção de gasodutos;
- Eixo Interoceânico de Capricórnio (Antofagasta, no Chile – Jujuy, na Argentina – Asunción, no Paraguai – Porto Alegre, no Brasil): integração energética, incorporação de novas terras à agricultura de exportação e biocombustíveis;
- Eixo do Amazonas (Colômbia, Peru, Equador e Brasil): criação de uma rede eficiente de transportes entre a Bacia Amazônica e o litoral do Pacífico, com objetivo à exportação;
- Eixo do Sul (sul do Chile / Talcahuano e Concepción, e da Argentina / Neuquén e Bahía Blanca): exploração do turismo e dos recursos energéticos (gás e petróleo);

- Eixo Interoceânico Central (Sudeste brasileiro, Paraguai, Bolívia, norte do Chile, sul do Peru): rede de transportes para exportar produtos agrícolas brasileiros e minerais bolivianos pelo Pacífico;
- Eixo Mercosul – Chile (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile): integração energética, com ênfase nos gasodutos e na construção de hidrelétricas;
- Eixo Peru – Brasil – Bolívia: criação de um eixo transportes envolvendo o Brasil, Bolívia e Peru, com a conexão portuária peruana no Pacífico, permitindo a expansão do comércio destes países com a Ásia;
- Eixo da Hidrovia Paraguai – Paraná (sul e sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai): integração dos transportes fluviais, incremento na oferta de energia hidrelétrica;
- Eixo do Escudo Guiano (Venezuela, Guiana, Suriname, extremo – norte do Brasil): aperfeiçoamento da rede rodoviária;
- Eixo Andino do Sul (região andina da fronteira Chile – Argentina): turismo e rede de transportes.

Eixo Peru-Brasil-Bolívia

O Eixo Peru – Brasil – Bolívia corresponde a um território de 1.159.504 km² que incorpora 6,5% da superfície do continente sul-americano, e abrange sete departamentos da Macro – região Sul do Peru (Tacna, Moquega, Arequipa, Apurímac, Cusco, Puno e Madre de Dois) que corresponde a 29% do território, dois departamentos amazônicos da Bolívia (Pando e Beni) e o departamento de La Paz que são 37% de seu território e dois estados do Brasil (Acre e Rondônia) ou 5% do território brasileiro (Figura 1).

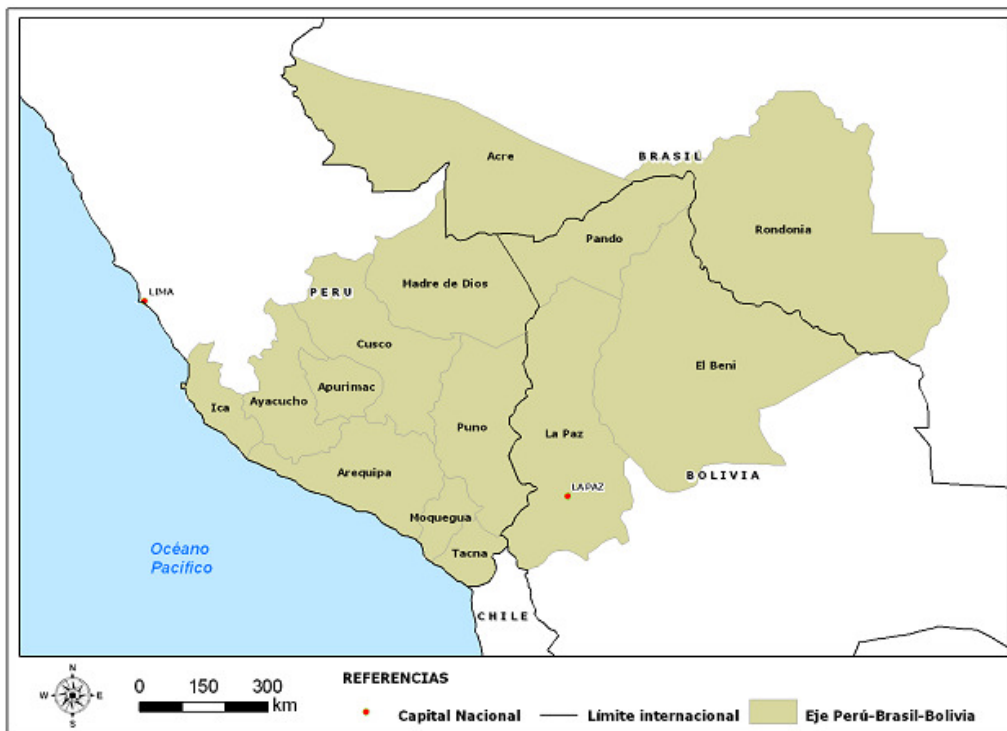


Figura 1.: Mapa da Área do Eixo Peru – Brasil – Bolívia
 Fonte: UNASUR – COSIPLAN.

Nesta região habita uma população de 12.730.732 habitantes que corresponde a 3,1% da população da América do Sul. Em termos nominais o Peru participa com 6,5 milhões de habitantes ou 52% da população do Eixo que corresponde a 21,1% de sua população. A Bolívia participa com 3,5 milhões de habitantes ou 28% da população do Eixo que corresponde a 3,6% de sua população. Já o Brasil participa com 2,5 milhões de habitantes ou 20% da população do Eixo que corresponde a 1,3% de sua população.

A respeito da densidade de ocupação do território, o Eixo Peru-Brasil-Bolívia apresenta em geral uma baixa ocupação (hab/km²). Mas possui áreas como o Departamento de Ica no Peru que apresenta uma densidade de 36,9 hab/km², seguido de La Paz e Tacna (Bolívia) que possuem uma densidade de 22,4 e 21,3 hab/km² respectivamente. De um ponto de vista global, o Peru apresenta uma média de densidade de 19 hab/km², e Bolívia e Brasil apresentam uma média de 8,7 hab/km².

O PIB da área de influência do eixo corresponde a US\$ 71.116 milhões em 2014, o que corresponde a 1,57% do PIB Sul-americano para o mesmo ano, situando em último lugar, ligeiramente abaixo do Eixo do Sul, respectivo aos conjuntos de Eixos considerados pelo IIRSA. Em relação entre a soma do PIB dos países participam do Eixo, apresentam uma relação desequilibrada, com a participação da Bolívia com 28,3%, o Peru 20% e o Brasil com 0,9%.

Ao analisar cada país, podemos evidenciar que a Bolívia apresenta uma estrutura econômica, mas equilibrada do Eixo, com um setor de serviços moderado e uma distribuição dos restantes da economia nacional equivalentes, com destaque para o domínio do setor de mineração. O Peru tende também uma estrutura econômica equilibrada, com uma participação relativamente baixa do setor de serviços, que está mostrando sinais de um setor público menor e mais eficiente, o setor de mineração corresponde a 15% do PIB e o setor agrícola embora menor que o da Bolívia está entre os maiores da América do Sul. Já o Brasil se destaca pela forte participação no setor de serviços, sendo a maior da América do Sul perto de 80% do seu PIB, o setor da administração pública responde em torno de 33,8%, o maior não só na América do Sul, mas a da América Latina, os setores restantes devem-se destacar o industrial com 11%.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é uma medida que resume o desenvolvimento humano alcançado por uma determinada sociedade. Esse índice medi os avanços alcançados em três dimensões básicas: expectativa de vida, acesso à educação e a um nível de vida digna.

De uma maneira geral Brasil e Peru apresentam um IDH Elevado, sendo o Brasil com 0,744 e o Peru 0,737. E a Bolívia apresenta um IDH Médio de 0,667. No relatório da PNUD 2014, mostra que os três países do eixo têm geralmente mostrado um progresso no IDH entre 1980 e 2013. No entanto, as avaliações realizadas no período percebem uma taxa de crescimento decrescente, com um progresso muito menor no período de 2010 – 2013, registrando mesmo um declínio no IDH da Bolívia e do Peru.

Atualmente, existem no Eixo cerca de 132 unidades territoriais com algum grau de proteção ambiental, atingindo aproximadamente 253.000 km², o que constitui cerca de 22% da área total do eixo. Sendo 40% no Brasil com 103.000 km², 36% no Peru com cerca de 91.000 km² e a Bolívia com 24% com 59.000 km² (Figura 2).

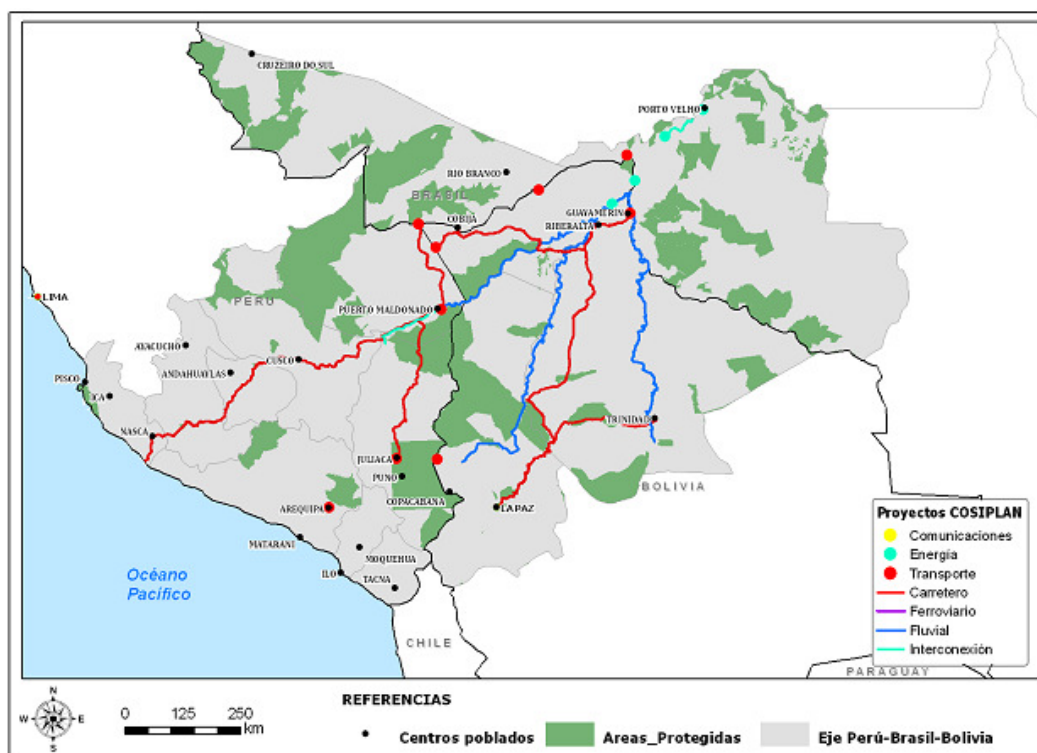


Figura 2.: Mapa das Áreas com Proteção Ambiental dentro do Eixo Peru – Brasil – Bolívia

Fonte: UNASUR – COSIPLAN

A presença de comunidades indígenas no território do Eixo Peru – Brasil – Bolívia é muito relevante, que habita em todo o território da Bolívia, no sul do Peru, e nos estados brasileiros de Rondônia e Acre. Essas comunidades se dedicam a atividades de agricultura de subsistência.

Na Bolívia existem atualmente 37 povos indígenas, que atingem 62% da população. Deste o Quechua e o Aymara, estão localizados nos Andes Ocidentais, e representam a maior percentagem da população indígena com 49,5 % e 40,6%, respectivamente. Eles são seguidos pelos Chiquitano e os povos amazônicos moxeño com 3,6% e 1,4%, respectivamente. Os Guaranis correspondem a 2,5% da população indígena total, e vivem na região do Chaco, compartilhada com a Argentina, Brasil e Paraguai. Os 2,4% restantes da população indígena do Bolívia corresponde à Araona, Ayoreo, Baure, Canichana, Cavineño, Cayubaba, Chácobo, Chiman, Chipaya, Chiriguano, Ejja, Guarasugwe, Guarayo, Itonama, Joaquiniano, Kallawayá, Lecos, Machineri, Maropa, Moré, Mosete, Movima, Nahua (etnia), Pacahura, Palcaneca Sirionó, Tacana (etnia), Tapieté, Toromona, Uru, Yaminahua, Yuqui, Yuracare e Weenhavik.

Segundo o censo de 2010 (IBGE, 2015), no Brasil vivem 896.917 de indígenas que corresponde a 0,5% da população do país. Dos quais 600.000 moram em terras indígenas reconhecidos pelo Estado Brasileiro. Há um total de 230 comunidades indígenas.

A população pertencente às comunidades indígenas do Peru apresentam dificuldades em serem quantificadas, principalmente devido ao critério utilizado para sua identificação. É estabelecido que cerca de 4 milhões de peruanos pertenceria a uma comunidade indígena. Com base nos resultados do censo de 2007, no Peru existem 1.786 comunidades dividido em 60 povos ou grupos étnicos, que atingem 34,4% da população do país. Sendo 83% Quechua, 11% de Aymaras, 1,7% de Ashaninka e os restantes 4,3% de origem étnica amazônica. Para a área do Eixo a principal população são os Aymaras que atingem 72,9% da população de Puno.

Abaixo na figura 3 podemos observar a distribuição das comunidades indígenas no Eixo Peru – Brasil – Bolívia.

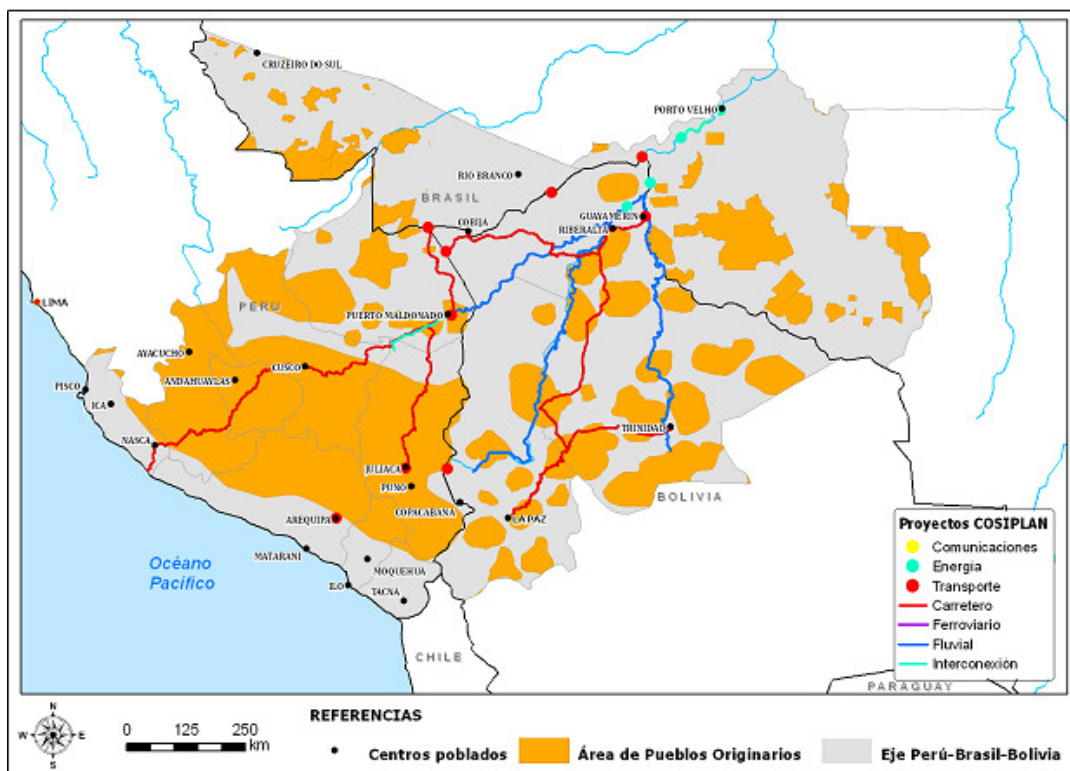


Figura 3.: Mapa com as comunidades indígenas no Eixo Peru – Brasil – Bolívia

Fonte.: UNASUR – COSIPLAN

Complexo Hidroelétricas e Hidroviário do Rio Madeira

O rio Madeira é o segundo maior rio da Amazônia. Sua bacia abrange uma área de 1,5 milhões de km divididos entre os territórios do Peru, da Bolívia e do Brasil. É formada pelos rios Guaporé, Mamoré e Beni, originários dos planaltos andinos (IBGE, 2016).

Principal afluente do Rio Amazonas, o Madeira tem 1.700 km de extensão, vazão média de 23 mil m/s e chega a medir 1,5 km de largura. Responde por cerca de 15% do volume de água e 50% de todo o sedimento transportado pelo Amazonas para o oceano. Esta enorme carga

de sedimentos regula toda a dinâmica biológica das grandes áreas alagadas de várzea ao longo dos rios Madeira e Amazonas (IBGE, 2016).

Atualmente o rio Madeira está ameaçado por grandes projetos de infraestrutura relacionados ao Complexo Hidroelétrico e Hidroviário do Rio Madeira, projeto âncora do IIRSA e que também estão incluídos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Brasileiro (Governo Lula) em 2007. Este complexo inclui a construção, na Amazônia Brasileira, das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, que juntas somariam 6.450 MW de potência instalada; de uma terceira hidrelétrica no trecho entre Abunã, no Brasil, e Guayaramerín, na Bolívia; e provavelmente, de uma quarta hidrelétrica na Cachoeira Esperanza, localizada no rio Beni, 30 km acima da sua confluência com o rio Mamoré, no estado de Pando, na Bolívia (IIRSA, 2016).

A conclusão deste complexo de barramentos, com eclusas, viabilizaria a operação de uma hidrovia industrial para a navegação de barcaças, com extensão de 4.200 km, permitindo o escoamento de mercadorias, como soja, madeira e minerais, para fora da região amazônica, a partir dos portos do Atlântico e do Pacífico (IIRSA, 2016).

Com o avanço dos projetos do IIRSA levará ao avanço do desmatamento que pode comprometer essa região identificada como um centro de diversidade e endemismo de espécies de plantas, estão em jogo também: a extinção e redução da diversidade de peixes, em uma área considerada como hotspot de ictiofauna; a acumulação de sedimentos e de mercúrio em níveis tóxicos nos reservatórios das barragens; e os impactos sobre as populações ribeirinhas, indígenas e urbanas (ECOIA, 2016).

A perspectiva de construção dos megaprojetos no rio Madeira já desencadeou graves conflitos políticos entre o Brasil e a Bolívia, críticas dos movimentos sociais dos dois países sobre a condução do processo de licenciamento ambiental pelo governo brasileiro, e a revelação do envolvimento de empresas acusadas e com histórico em casos de corrupção (ECOIA, 2016).

A construção do chamado complexo hidrelétrico do rio Madeira, projetado pelo consórcio formado entre a estatal Furnas e a construtora Odebrecht, está orçada em 25 bilhões de reais (cerca de 7,8 bilhões de dólares). O projeto em si considera apenas as hidrelétricas de Santo Antônio, com localização a 5 km rio acima do centro de Porto Velho, com mais de 270 mil habitantes na área urbana, e a de Jirau, 136 km rio acima, juntas, com previsão de inundação de uma área de 529 km. Estes custos estimados podem ultrapassar os 40 bilhões de reais considerando as obras complementares (ECOIA, 2016; IBGE, 2016 & IIRSA, 2016).

Porém, da mesma forma que as estimativas de custos o processo de licenciamento, a cargo do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis),

não considerou os impactos cumulativos das obras relacionadas, como a implantação da hidrovia, e nem a construção de uma linha de transmissão de energia elétrica de 2.450 km, estimada em 10 bilhões de reais, necessária à distribuição da energia a ser gerada pelas usinas (ECOIA, 2016).

Discussão

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul – Americana, ou IIRSA, é um programa conjunto dos 12 países da América do Sul que visa promover a integração sul – americana através da integração física desses países. Esse projeto é financiado, desde sua criação, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O IIRSA está dividido em 10 eixos, que são: Eixo Andino, Eixo Interoceânico de Capricórnio, Eixo do Amazonas, Eixo do Sul, Eixo Interoceânico Central, Eixo Mercosul – Chile, Eixo Peru – Brasil – Bolívia, Eixo da Hidrovia Paraguai – Paraná, Eixo do Escudo Guiano e Eixo Andino do Sul.

O Eixo Peru – Brasil – Bolívia corresponde a um território de 1.159.504 km² que incorpora 6,5% da superfície do continente sul – americano, que abrange sete departamentos no Sul do Peru que corresponde a 29% do território, três departamentos da Bolívia que são 37% de seu território e dois estados do Brasil ou 5% do território brasileiro. Nesta região habita uma população de 12.730.732 habitantes que corresponde a 3,1% da população da América do Sul.

A presença de comunidades indígenas no território do Eixo é muito relevante, que habita em todo o território da Bolívia, no sul do Peru, e nos estados do Brasil de Rondônia e do Acre. Na Bolívia existem atualmente 37 povos indígenas, que atingem 62% da população. No Brasil vivem cerca de 896.917 de indígenas que correspondem a 0,5% da população do país, dos quais 600.000 moram em terras indígenas. E com base no resultado do censo de 2007, no Peru existem 1.786 comunidades que atingem 34,4% da população do país.

Atualmente, no eixo existem cerca de 132 unidades territoriais com algum grau de proteção ambiental, atingindo cerca de 253.000 km², o que constitui cerca de 22% da área total do eixo. Sendo 40% no Brasil com 103.000 km², 36% no Peru com cerca de 91.000 km² e a Bolívia com 24% com 59.000 km².

O complexo hidroelétrico e hidroviário do Rio Madeira é âncora do IIRSA dentro do Eixo Peru – Brasil – Bolívia, e também é previsto no PAC. Este projeto de construção, na Amazônia Brasileira, das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio juntas somam 6.450 MW de

potência instalada; e uma terceira hidrelétrica entre o Rio Abunã no Brasil, e o Rio Guayaramerín na Bolívia; e provavelmente, uma quarta hidrelétrica em Cachoeira Esperanza, no Rio Beni, a 30 km na confluência do Rio Mamoré, no estado de Pando, na Bolívia. Este complexo possuirá eclusas, isso viabilizará a operação de uma hidrovia para navegação de barcaças, para o escoamento de mercadorias, para fora da região amazônica, a partir dos portos do Atlântico e do Pacífico.

Diante disso, podemos observar que o processo do IIRSA tem sido marcado por uma lógica territorial que tem concebido grandes áreas do espaço geográfico latino-americano como “vazios demográficos” ou “terras disponíveis”. Essa forma de conceber o espaço geográfico latino – americano remonta as questões coloniais que determinam a formação sócio espacial da região como podemos observar no trabalho de PORTO GONÇALVES & QUENTAL, 2012. E devemos destacar que como o Relatório do próprio IIRSA cita a presença de comunidades indígenas na região, além de 22% da área total do eixo possuindo algum grau de proteção ambiental, fatos esses que desmentem a alegação de que existiria um “vazio demográfico” ou “terras disponíveis”.

Esse problema também ocorre nas obras das Hidrelétricas no Rio Madeira (UHE Jirau e UHE Santo Antônio), onde desencadeou graves conflitos políticos entre o Brasil e a Bolívia, críticas dos movimentos sociais de ambos os países, problemas no processo de licenciamento ambiental das obras, e o envolvimento de empresas historicamente envolvidas em casos de corrupção.

No que tange a teoria dos gestores de João Bernardo, não se concebe a burocracia e nem a burguesia sobre a visão de Karl Marx, mas sim a uma classe que domina. No ponto de vista do proletariado, a classe dos gestores, é a burocracia, e noutros momentos, a própria burguesia. É burocracia quando organiza o trabalho em função do proprietário, e é burguesia quando organiza o trabalho e se apropria da mais – valia.

Sobre a visão da teoria dos gestores o IIRSA, apresenta a característica de um gestor, onde ele é a burocracia e organiza o espaço e o trabalho de uma determinada região, e quando ele é a burguesia quando se apropria da mais – valia dos ganhos dos processos de exploração da região e do proletariado dos locais.

Conclusão

Portanto o projeto do IIRSA nada, mas é uma nova forma de exploração de uma terminada região no caso deste trabalho do Rio Madeira que está dentro do chamado Eixo Peru – Brasil – Bolívia. Que é organizada pelos Estados Sul – americanos (burocracia), com objetivo de expropriar a mais-valia dos trabalhadores e comunidades indígenas locais, para envio dos ganhos para uma burguesia tanto dos países participantes como a burguesia estrangeira, que são os financiadores deste projeto.

O projeto do complexo de hidrelétrico e hidroviário do Madeira é a espinha dorsal do Eixo Peru – Brasil – Bolívia, e suas obras tem como objetivo de expropriar os bens das populações locais de uma forma muito semelhante a uma relação colonial.

Conclui-se que o IIRSA se encaixa perfeitamente na teoria dos gestores, pois ele representa tanto a classe da burocracia com a classe burguesa. É burocracia quando ele organiza o espaço e dos trabalhadores, e é burguesia quando se apropria da mais – valia.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de & BASTOS, Wanderley Rodrigues. Projeto da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. T&C Amazônia, 2010.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Os dez anos do BID na IIRSA 2000 – 2010. Novembro de 2010.

BERNARDO, João. Labirintos do Fascismo – Na encruzilhada da ordem e da revolta. 2ª Versão remodelada e ampliada, 2015.

COSIPLAN – Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento, Foro Técnico IIRSA. Disponível: <http://www.iirsa.org/>. Acessado em: 20/06/2016.

COUTO, Leandro Freitas. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul. Brasília, ????.

ECOIA. Hidrelétricas no rio Madeira. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Canal/Hidreletricas+no+rio+Madeira/536>. Acessado em: 01/08/2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em: 03/08/2016.

IIRSA – Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul – Americana. Disponível em: www.iirsa.org. Acessado em 01/07/2016.

LIMA, Suely Aparecida de. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) – Possibilidades e Desafios: Eixo Peru – Brasil – Bolívia. Textos & Debates, nº 26, p. 29 – 51. Boa Vista, 2015.

MARQUES, Edmilson. Capitalismo e a Teoria dos Gestores. Goiânia, 2010.

MELO, João de Jesus Silva & PAULA, Elder Andrade de. As Hidrelétricas do rio Madeira no Contexto da Integração Regional Sul – Americana. Trabalho apresentado no IV ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Brasília, 2008.

Ministério de Minas e Energia. Disponível em: www.mme.gov.br. Acessado em: 01/08/2016.

OLIVEIRA, Taiguara Belo de. A Teoria dos Gestores e o Marxismo das Relações Sociais em João Bernardo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

PEREIRA, Fernando Marcelino. Uma “nova classe” no capitalismo brasileiro recente? Um estudo sobre a direção executiva da PREVI durante o Governo Lula. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: www.pnud.org.br. Acessado em: 10/08/2016.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter & QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do Poder e os Desafios da Integração Regional na América Latina. Revista Polis, nº 31, 2012.

SCHEIBE, Eduarda Figueiredo. Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA): Considerações Preliminares Sobre Objetivos, Autores e Escalas de Ação. Para Onde ?, Volume 6, Número 1, p. 01 – 06, jan./jun. 2012. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

SOUZA, Vitor Helio Pereira de & SILVEIRA, Márcio Rogério. Infraestruturas de Integração entre Brasil e Demais Países do Mercosul: A IIRSA Enquanto Possibilidade. IPEA 2011 – Anais do 1º Circuito de Debates Acadêmicos.

UNASUR – COSIPLAN. Perú – Brasil – Bolívia - Eje de Integración y Desarrollo – Caracterización Socioeconómica y Ambiental. 2016.